

ATA DE REUNIÃO COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

26ª Reunião Ordinária

Ao primeiro dia do mês de outubro, do ano de dois mil e quinze, às dezessete horas, na sala de Treinamento desta CET-Santos, sito a Av. Rangel Pestana, nº 100 – Vila Mathias, Santos/SP, reuniram-se os Senhores: Rafael Santos de Paula (CMJ) – Presidente da Comissão, e os seguintes membros: Rogério Vilani (CET), Ivson Teixeira da Rocha (CET), Dalvani Pereira da Silva (CET), Otavio Amato Souza Dias (Gabinete Prefeito), Marina Ferrari de Barros (SEDURB). Presentes também na reunião, o senhor Luiz Alves dos Santos (CET) e a senhora Maria Valéria C. M. Salgado (SEDUC). O Sr. Rafael iniciou a 26ª reunião ordinária da Comissão Municipal de Transportes às 17h25, justificou o atraso do início da reunião devido ao mau tempo (chuva). Solicitou que a secretária efetuasse a leitura da Ata da última reunião. O Sr. Rogério solicitou a dispensa da leitura da Ata. O Sr. Rafael perguntou se alguém se manifesta de forma contrária quanto à dispensa da leitura da Ata. Como ninguém se manifestou contra, e foi encaminhado e-mail da Ata aos Conselheiros, o senhor Rafael dispensou a leitura e aprovou a Ata da última reunião. Comentou quanto ao Item 2 = Assuntos Gerais. Justificou a ausência da Conselheira Ana Carolina (OAB) que informou ter assumido compromisso anteriormente. Disse que foi encaminhado aos Conselheiros este mês, 04 (quatro) e-mails; um e-mail sobre Audiência Pública promovida pela Câmara Municipal de Santos que tratou de Mobilidade Urbana, com destaque para uma apresentação da Fordfoundation, disse que esteve na Audiência representando a Comissão Municipal de Transportes, solicitou ao responsável da apresentação uma cópia do documento, mas esclareceu que ainda não o recebeu. O Sr. Rogério informou que tem uma cópia impressa desta apresentação. O Sr. Rafael solicitou esta cópia ao senhor Rogério. Esclareceu que a Comissão Municipal de Transportes precisa ter mais expressividade, foi esta a avaliação efetuada na apresentação da Audiência Pública. Ressaltou que já comentou no dia em que foi eleito, que esta Comissão precisa ser mais expressiva e participativa nas discussões da sociedade no que envolve o transporte. Informou que foi enviado por e-mail, informações sobre o aplicativo Colab, que auxilia a população a fazer reclamações, disse que foi enviado também por e-mail a pedido, os relatórios de ocorrência da Ouvidoria Pública Municipal, e também foi enviada aos Conselheiros, apresentação da senhora Marina (SEDURB), que fala sobre o plano de Mobilidade Municipal. Disse que gostaria de trazer à apreciação desta Comissão, uma solução que conversou com o senhor Rogério sobre um problema apresentado pela Secretaria de Educação na última reunião, que é o fato de que alunos com deficiência intelectual estão sendo auxiliados através de terceiros que pactuam convênios com a SEDUC, estes convênios fazem com que a Secretaria de Educação de um aporte para estas entidades que promovem auxílio à educação destes alunos, e estas entidades promovem também, o transporte para estes alunos, esclareceu que o transporte contratado com

terceiros não tem credencial para o transporte escolar, inclusive também não tem veículos adaptados para o transporte destas crianças. Informou que irá buscar a legislação que trata de transporte escolar, avaliar a legislação para seja efetuada uma Lei Municipal que exija destes terceiros contratos de transporte para estas crianças nos moldes da Lei. A Sra. Marina perguntou se existe Contrato. O Sr. Rafael disse que existe, mas o Contrato não prevê esta exigência. A Sra. Marina perguntou se qualquer transporte de criança é obrigado a ter todas estas exigências. O Sr. Rogério esclareceu que existe uma Lei para o transporte escolar e não uma Lei para o transporte de crianças. O Sr. Rafael disse que estas entidades não são consideradas escolas. A Sra. Marina disse que o escolar só engloba neste caso a parte pedagógica, esclareceu que na categoria do uso e ocupação de solo de nosso município, todos entram na mesma categoria, informou que por mais que uma definição legal exclua tem várias outras que inclua. O Sr. Rafael disse que se caso levássemos este projeto de Lei à discussão e a mesma fosse aprovada, perguntou à senhora Maria Valéria o que seria melhor, que a entidade tenha veículo próprio com logotipo ou terceirizar o serviço para o transporte escolar. A Sra. Maria Valéria respondeu que seria melhor o transporte escolar efetuar este serviço. O Sr. Rogério disse que isso é relativo, não sabemos se o transporte escolar tem capacidade para absorver esta demanda, inclusive esclareceu que o transporte também precisa envolver a Escola Total, que hoje, o serviço é efetuado pelos ônibus da Breda. O Sr. Rafael perguntou ao senhor Rogério quantas vans escolares existem no município. O Sr. Rogério esclareceu que existem hoje, 200 (duzentas) permissões de transportes escolares distribuídas, mas nem todas estão 100% ativas, informou que aproximadamente 160 (cento e sessenta) atualmente devem estar ativas. O Sr. Rafael solicitou à senhora Maria Valéria, o número de pessoas, veículos e entidades atendidos pelos Convênios com a SEDUC. O Sr. Rogério disse que seria interessante o levantamento destas informações antes da próxima reunião ordinária. A Sra. Maria Valéria informou e o levantamento será pelo número de crianças atendidas pelas entidades e a quantidade de veículos contratados através dos convênios, incluindo a Escola Total. O Sr. Luiz se apresentou, informando que trabalha na CET com a fiscalização de escolares e de táxi, disse que o problema que enfrentamos dia a dia com a Escola Total são, os locais onde os ônibus param, informou que em algumas escolas existem reservas para o ônibus pararem, mas recebemos várias reclamações por que alguns ônibus param no meio da rua. A Sra. Maria Valéria disse que o problema de estacionamento não é só o da Escola Total, por exemplo, no colégio Rubens Lara, disse que tem 1 (uma) van, 2 (dois) microônibus, 1 (um) ônibus convencional e 7 (sete) microônibus da Breda, e disse que no local não tem sinalização para os ônibus pararem, esclareceu que em frente ao colégio Magali Alonso, tem uma placa em frente ao portão da escola de "proibido estacionar" e o motorista levou uma multa. O Sr. Rogério informou que a implantação da placa de embarque e desembarque é uma decisão tratada com a própria escola, solicitou à senhora Maria Valéria uma foto do local para uma melhor avaliação. O Sr. Rafael informou que iria propor para esta Comissão, uma Audiência Pública para a discussão do aplicativo Uber, mas esclareceu que o Vereador Ademir Pestana já solicitou à Câmara esta Audiência para o dia 14/10 às 16h, ressaltou que este assunto é de suma importância para esta Comissão, mencionou que é um assunto delicado e polêmico. O Sr. Rogério comentou que existe um decreto que estabelece a proporção de táxis por número de habitantes, disse que se fosse seguir este decreto, deveria ter um táxi para cada mil habitantes e, deveríamos ter 433 (quatrocentas e

trinta e três) permissões em Santos e hoje, temos 1160 (mil cento e sessenta) permissões, disse que temos quase o triplo de permissões do que o decreto prevê, esclareceu que faz muito tempo que no município de Santos não concede uma permissão, mas em algum momento, alguém extrapolou este limite de concessão de permissões. A Sra. Marina perguntou qual o procedimento para se conceder esta permissão. O Sr. Rogério disse que há mais de 20 (vinte) anos que não se concede uma permissão. A Sra. Marina perguntou se os taxistas são obrigados a renovar as permissões. O Sr. Rogério respondeu que a permissão é nominal e passa de pai para filho, e também pode ser transferida, esclareceu que a CET apenas autoriza a transferência, mas não através de negociação comercial. O Sr. Rogério disse que a terceira alternativa seria o transporte seletivo, que hoje, a tarifa custa R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos), disse que dependendo do trajeto efetuado de táxi em Santos, a pessoa pagará mais de R\$ 20,00 (vinte reais). O Sr. Rafael comentou que o serviço de táxi em Santos é muito problemático, esclareceu que o preço pago por quilômetro percorrido é muito elevado. A Sra. Marina perguntou por que temos tantos táxis. O Sr. Rogério disse que o taxista não reclama da tarifa, por que cada vez que pleiteiam o reajuste de tarifa, todo mês de dezembro, passamos rotineiramente por esta solicitação de aumento. Esclareceu que temos 1160 (mil cento e sessenta) permissões, mas não temos todas disponíveis a qualquer momento. O Sr. Rafael informou que comentou na última reunião, que ainda não temos o e-mail corporativo desta Comissão, disse que conversou com o senhor Rogério que não temos o funcionário adequado para abrir o e-mail com extensão santos.sp.gov.br. O Sr. Rogério esclareceu que este e-mail está criado, solicitou ao senhor Otávio conversar com o senhor Sylvio (Gabinete) quanto à questão do e-mail. O Sr. Rafael informou que o assunto da meia passagem aos estudantes de cursinho, já conversou com o vereador Igor para que fosse feito um levantamento de quantos alunos estão nesta situação, disse que no dia 07 de outubro acontecerá uma reunião com o senhor Rogério e o Vereador Igor. O Sr. Rogério esclareceu que para a próxima reunião ordinária ficou acordado que uma das pautas será sobre Uber. O Sr. Rafael respondeu que sim. Deu por encerrada a reunião às 18h03. Eu Adriana Maria Sônego Xavier, lavrei a presente Ata, que foi assinada por mim, bem como pelos presentes.

Ambrósio

Participantes:

Rafael Santos de Paula (CMJ);

Rafael S. de Paula

Rogério Vilani (CET);

Rogério Vilani

Ivson Teixeira da Rocha (CET);

Ivson Teixeira da Rocha



Dalvani Pereira da Silva (CET);

Otávio Amato Souza Dias (Gabinete Prefeito);



Marina Ferrãri de Barros (SEDURB).

